

## Diário de bordo

## Túnel iluminado



Roberto Rodrigues\*

**H**AVIA MUITO ceticismo quanto aos resultados da reunião do G20 realizada em Londres poucas semanas atrás. A falta de entusiasmo se devia basicamente à perda de protagonismo dos grandes organismos multilaterais, inclusive a própria Organização das Nações Unidas, impotente, por exemplo, por ocasião da invasão do Iraque ocorrida na era Bush.

Outras instituições também vinham patinando em suas responsabilidades: a Organização Mundial do Comércio não é capaz de punir países que descumprem suas determinações, caso típico do subsídio americano ao algodão, condenado em painel liderado pelo Brasil. A FAO, encarregada da alimentação e agricultura, há anos luta contra a fome, mas não consegue políticas nacionais nesta direção, de modo que o número de famintos aumenta no mundo todo.

Até as grandes instituições financeiras globais, como o FMI e o Banco Mundial já não têm recursos suficientes para atender à crescente demanda dos países emergentes, potencializada com a crise financeira.

A desmoralização do Mercosul é outro exemplo da erosão dos blocos e das instituições, é só um determinado setor se sentir prejudicado em sua competitividade que o país anfitrião já trata de criar barreiras à importação do produto afetado.

Claro que tudo isso se faz em nome da soberania nacional e do livre- arbítrio das Nações.

Mas a crise vinha gerando uma nova onda de protecionismo, especialmente nos países ricos, assombrados com os fantasmas do desemprego e da recessão. Essa onda claramente ajudava a desmontar ainda mais a institucionalidade multilateral, detonando até mesmo a tão sonhada abertura comercial e a própria globalidade. Pior, a ONU, criada para defender a paz universal, podia, perdendo influência, naufragar num oceano de turbulências regionais pouco pacíficas.

Tudo isso, observado ao longo dos últimos anos, explica o ceticismo quanto à reunião do G20, mas que não foi tão ruim.

Afinal, o G20 representa mais de dois terços do PIB mundial, e tomou decisões do tamanho dessa representatividade, tais como triplicar os atuais recursos do FMI para atender aos países mais apertados, parte disso para a promoção comercial, indispensável para o desenvolvimento equilibrado.

O Brasil teve um papel maior e melhor que em outros eventos similares, e se posicionou com firmeza pela regulamentação do sistema financeiro internacional.

Nosso agronegócio tem muito a ganhar com esses assuntos, seja por causa da tecnologia tropical sustentável que desenvolvemos, seja pelos biocombustíveis, seja pela nossa carne “verde”, seja na luta pela preservação da Amazônia, seja na abertura comercial que se deseja.

Claro que temos ainda muito que fazer, inclusive nos mecanismos de verificação da produção, rastreabilidade e certificação, mas estamos caminhando nisso.

O Brasil ajudou o G20 a iluminar o túnel, e não é só uma luz no fim dele. Agora, mãos à obra para manter a luz acesa. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Voz para o produtor



Cesário Ramalho da Silva\*

**A**SOCIEDADE Rural Brasileira (SRB) é uma entidade formada e administrada por produtores para atender aos produtores. Para fortalecer a proposta de proximidade com a classe rural fizemos um grande giro por importantes pólos agrícolas do País. O intuito foi recolher a pauta de reivindicações dos produtores rurais de diversas regiões para, em parceria com os sindicatos e as entidades rurais locais, encaminhá-las ao conhecimento de diversas autoridades.

Pudemos constatar que a maior preocupação do produtor rural neste momento está relacionada à questão ambiental. Foi o que apurei em Não-Me-Toque (RS), durante a ExpoCotrijal, bem como no município vizinho de Ibirubá, onde, ao lado do presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, nos reunimos com 25 presidentes de sindicatos rurais da região. O mesmo vale para Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

O Código Florestal Brasileiro é uma legislação ultrapassada, que somente pune o produtor, sem lhe oferecer instrumentos e assistência legal para que ele fique adequado à lei.

O ministro Stephanes, na Expolondrina, disse que “sem força nas decisões políticas, o setor não participou da discussão da legislação ambiental em vigor” Criado por medida provisória, em 2001, o atual

Código Florestal não passou pelo Congresso para ser aprovado.

Alexandre Lopes Kireeff, presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP), também declarou que “passou a hora de discutirmos essas questões, porque tanto a produção de alimentos como as ações de preservação ocorrem no mesmo espaço, o que transforma em obrigação a participação dos produtores na discussão”.

Se a legislação ambiental for aplicada à risca, 68% do território nacional estarão bloqueados. Resta para todos os usos - sejam eles urbanos, industriais, agrícolas e de transporte - apenas 32% do País, revelou recente estudo da Embrapa. O Brasil já utiliza área muito superior a essa.

Já em Ribeirão Preto, os impactos da crise econômica são, no momento, as maiores preocupações. Não que a questão ambiental também não seja preocupante, mas como afirmou recentemente o professor do Pensa-USP, Samuel Giordano, “o produtor no vermelho não pode cuidar do verde”.

Na reunião com o presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto, Joaquim Augusto de Azevedo Souza, junto com as lideranças rurais da região, sentimos a precária situação da pecuária. O produtor está indignado com os pedidos de recuperação judicial, pois além de estar sem receber, paga a conta pela má administração de alguns frigoríficos. A lei deve dar mais equilíbrio aos pagamentos das empresas em recuperação judicial, para que o pecuarista não seja o último da fila.

Os produtores de Ribeirão também demonstraram preocupação com as dificuldades de pagamento pela matéria-prima nos segmentos sucoalcooleiro e de laticínios. Chamaram a atenção para os entraves na liberação do crédito rural nos bancos oficiais e alertaram sobre maior segurança jurídica contra as invasões do MST.

Com base neste diagnóstico da conjuntura do agro, a SRB recomenda cautela ao produtor, mas lembra também que, em meio à crise, o agronegócio brasileiro caminha em seu processo evolutivo de profissionalização da atividade. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

## Opinião

# Censo paulista



João Sampaio\*

COMO A informação se torna cada vez mais o principal insumo do produtor, o governo do estado de São Paulo acaba de lançar o Censo Agropecuário Paulista. *online*, para consulta de qualquer cidadão. A última edição foi há doze anos.

O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa) envolveu o trabalho de quase três mil profissionais da Secretaria de Agricultura e da parceria com técnicos agrícolas das prefeituras municipais. Foram investigadas 324.720 unidades produtivas. O trabalho fornece um amplo quadro da nossa agropecuária, nos mais variados aspectos, desde a área dos estabelecimentos rurais e produção até as tecnologias empregadas.

As unidades produtivas somam cerca de 20,5 milhões de hectares ocupados com atividade agrícola ou de proteção natural. Muitos dados curiosos brotam do censo e alguns mitos são derrubados sobre a performance da agricultura paulista. Por exemplo, a área com lavouras, em hectares, que na década de 30 oscilava ao redor de 10 milhões, ficou acima de 20 milhões nos anos de 60 e 70. Hoje, terminada a expansão da fronteira agrícola no estado, permanece nos 20 milhões, com os contornos bem definidos dessa fronteira.

O grande ponto favorável: em São Paulo não há concentração de terras. A sua reforma agrária se dá pelo processo produtivo. No último levantamento (1995/96), a área

média era de 72 hectares, agora chega a 63 hectares. Isso representa um decréscimo de 13% no tamanho da propriedade. E mais, cerca de dois terços das propriedades têm até 500 hectares, o que mostra a prevalência dos médios produtores rurais.

A ocupação do solo pelas culturas também mudou. A evolução passou de 16% para 25% entre 1933 e 1975. Naquela época o uso do solo se dava baseada no desmatamento das áreas de vegetação natural. Como demonstração da evolução do agricultor quanto à proteção ao meio ambiente, hoje o quadro é completamente diferente. Embora as áreas com lavouras representem 44% do total, a cobertura de vegetação natural cresceu de 10% para 12%, com redução na área de pastagem de 51% para 39%. As lavouras expandem-se sobre áreas de pastagens degradadas.

Com queda de 12% no número de cabeças entre os dois censos, o rebanho paulista dá mostras de intensificação da pecuária, de uma média de 1,2 para 1,4 animal por hectare. Há também um aumento no número de confinamentos no estado. A integração cana/pecuária, com utilização do bagaço como alimentação animal, é cada vez mais um modelo da produção paulista.

Hoje, a cultura mais freqüente na agricultura paulista é a cana-de-açúcar (31% das unidades de produção agropecuária), ocupando o lugar do milho, que apareceu em mais de 30% das unidades de produção agrícola no levantamento anterior. Outras culturas que também apresentaram acréscimos de área e ganharam posições no *ranking* foram a seringueira, o eucalipto, o *pinus*, a mandioca e o trigo.

Com a apresentação do Censo Agropecuário Paulista, o governo do estado disponibiliza uma ferramenta indispensável aos diagnósticos e projetos voltados ao desenvolvimento do setor rural, contribuindo para a oferta de alimentos e matérias-primas e geração de renda e emprego. Um importante instrumento para que os produtores saibam como eles são, o que plantam e onde, além de outros aspectos da sua performance na propriedade. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo